



**Universidade  
Europeia**

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

# Sociedades comerciais V

6/4/19

- **Estado ou conjunto de situações jurídicas correspondentes aos direitos e obrigações de sócios para com a sociedade para com os outros sócios a para com terceiros.**

- **a) Partes sociais – nas sociedades em nome coletivo, em comandita simples e por ações (estas apenas em relação aos sócios comanditados).**
- **b) Quotas – nas sociedades por quotas.**
- **c) Ações – nas sociedades anónimas e em comandita por ações (estas apenas quanto aos sócios comanditários).**

- **1) Princípio da igualdade de tratamento entre todos os sócios – Art.º 321.º do CSC.**
- **Exceção: aspetos relativos à orgânica e funcionamento da sociedade que pressuponham a diversidade de posições em função da medida de participação no capital.**

- **2) Princípio maioritário – em regra, a vontade da sociedade forma-se através das deliberações dos sócios, no sentido da orientação definida pela maioria dos votos emitidos.**

- **3) Princípio da proteção dos interesses dos sócios minoritários**
- **a) Direito à informação – art.ºs 181.º, 214.º a 216.º, e 288.º a 293.º do CSC;**
- **b) designação de administradores – art.º 392.º;**
- **c) designação dos membros do conselho fiscal – art.º 418.º).**

- **a) Obrigação de entrada**
- **b) Obrigação de quinhoar nas perdas**
- **c) Outras obrigações (prestações acessórias)**

- **Todo o sócio é obrigado a entrar para a sociedade com bens suscetíveis de penhora ou, nos tipos de sociedade em que tal seja permitido, com indústria. – Art.é 20 a) do CSC e 25.é a 30. , 179. , 202.é a 208. , 277. , 285. , 286.  e 468.  do CSC.**



- **O cumprimento deve ser simultâneo com a outorga do contrato social – Art.º 26.º do CSC, salvo estipulação em contrário, nos casos e termos permitidos por lei.**

- **O pacto social pode autorizar o diferimento do pagamento das entradas em dinheiro desde que para datas certas ou dependente de factos certos e determinados, mas nunca para além de cinco anos sobre a celebração do contrato – Art.º 202.º n.º 4 e 203.º n.º 1 do CSC.**

- **Apenas pode ser diferido o pagamento de 70% do valor nominal das ações.**

- **a) São nulos os atos de administração ou deliberações dos sócios que liberem estes, no todo ou em parte, da obrigação de efetuar entradas, salvo havendo redução do capital – Art.  27.  n.  1 do CSC.**

- **b) A substituição de uma entrada em dinheiro por entrada em bens fica sujeita às regras desta última, precedendo alteração do pacto social – Art.  27.  n.  2 do CSC.**

- **c)   proibido o pagamento de lucros a sócios em mora com as suas entradas, devendo, porém, aqueles ser usados para compensação com os débitos de entradas – Art.  27.  n.às 4 e 5 do CSC.**

- **d) Aplica-se   falta de pagamento de uma prestação de entrada a regra do C.Civil para as d vidas em prestações – vencimento imediato das restantes – Art.  27.  n.  6 do CSC.**

- **e) Permite-se o estabelecimento de penalidades no pacto social para o incumprimento da obrigação de entrada – Art.  27.  n.  3 do CSC.**
- **f) Concede-se aos credores da sociedade o poder de se sub-rogarem nos direitos desta quanto a entradas não realizadas – Art.  30.  do CSC.**



- **g) Sujeitam-se os fundadores, gerentes ou administradores a responsabilidade solidária para com a sociedade pelos danos resultantes de declarações e indicações inexatas ou deficientes no que respeita à realização das entradas, bem como no que toca à efetivação destas – Art.º 71.º do CSC – e a responsabilidade penal – Art.º 509.º do CSC.**

- **a) Através da redução do direito aos lucros acumulados na sociedade sob a forma de reservas (lucros não distribuídos);**
- **b) Pela diminuição do valor da quota de liquidação do sócio;**
- **c) Se o sócio vier a responder pelas d vidas da sociedade (quando as regras legais e estatutárias prevejam tal responsabilidade).**

- **Em princípio, os sócios quinhoam nas perdas na mesma proporção em que quinhoam nos lucros e tal proporção corresponde àquela em que participam no capital social – Art.  22.  n.às 1 e 2 do CSC.**
- **Os sócios de indústria não respondem pelas perdas nas relações internas, salvo cláusula em contrário do pacto social – Art.  178.  n.  2 do CSC.**

- **A obrigação de realizar prestações acessórias só existe quando for consagrada no pacto social e nas circunstâncias e condições nele previstas - artigos 209.º e 287.º do CSC.**

- **Obrigação específica das sociedades por quotas e que só existe caso o pacto social o preveja expressamente – Art.  210.  e ss do CSC.**
- **Impõem aos sócios a obrigação de efetuarem entradas em dinheiro quando estas forem necessárias, não sendo as mesmas diretamente incorporadas no capital social.**

- **Não constituem um empréstimo dos sócios à sociedade, dado corresponderem a uma obrigação contratual e especial dos sócios.**
- **As prestações suplementares são restituíveis nos termos do artigo 213.º do CSC.**
- **As prestações suplementares não vencem juros – Art.º 210. n.º 5 do CSC.**

- **Para que as prestações suplementares possam ser exigidas aos sócios é necessária uma deliberação destes que fixe os respetivos montantes e prazo – Art.º 211.º n.º 1 do CSC.**
- **O incumprimento por parte do sócio de efetuar as prestações suplementares a que esteja obrigado faz com que fique sujeito à exclusão e à perda total ou parcial da quota – Art.º 212.º n.º 1 e 204.º e 205.º do CSC.**

- **Contrato pelo qual o sócio empresta à sociedade dinheiro ou outra coisa fungível, ficando aquela obrigada a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade - artigo 243.º n.º 1 do CSC.**



- **a) empréstimo do sócio à sociedade;**
- **b) diferimento do vencimento de créditos do sócio sobre a sociedade;**
- **c) aquisição pelo sócio de um crédito de terceiro sobre a sociedade, com vencimento diferido (por negócio entre vivos).**

- - ou se estipula um prazo de reembolso superior a um ano, simultânea ou posteriormente à constituição do crédito – Art.º 243.º n.º 2 do CSC.
- - ou não se utiliza a faculdade de exigir o reembolso do crédito à sociedade durante pelo menos um ano a contar da constituição do crédito – Art.º 243.º n.º 3 do CSC.

- **Não obedece a forma especial (art.º 243.º n.º 6 do CSC).**
- **Presume-se gratuito (se nada se disser, não são devidos juros).**

- **A prestação de suprimentos é, em princípio, facultativa, sendo livremente acordada entre o sócio e a sociedade. No entanto, ela pode ser imposta aos sócios pelo pacto social como uma prestação acessória e nesse caso ficará sujeita ao regime do artigo 209.º do CSC. – Art.º 244.º n.º 1 do CSC.**

- **A celebração de um contrato de suprimento não depende de deliberação dos sócios, a menos que o pacto social o exija, competindo, pois, à gerência da sociedade – Art.º 244.º n.ºs 2 e 3 do CSC.**

- **O prazo do reembolso dos suprimentos é o que for acordado pelas partes.**
- **Na sua falta, poderá recorrer-se ao tribunal para a sua determinação - Art.º 245.º do CSC.**

- **Os sócios credores por suprimentos não podem pedir a insolvência da sociedade.**
- **Caso tenham sido reembolsados créditos por suprimentos no ano anterior à insolvência, esse reembolso é resolúvel – Art.º 245.º n.º 2 do CSC.**

**Os suprimentos só podem ser reembolsados depois de inteiramente pagas as dívidas da sociedade para com os outros credores.**



- **a) Extra-corporativos ou extra-sociais – direitos que colocam os sócios como estranhos à sociedade, como terceiros face à relação jurídica social.**
- **b) Corporativos ou sociais – direitos que pertencem aos sócios enquanto membros da sociedade.**

- **a) Direitos gerais ou comuns – cabem a todos os sócios pelo simples facto de serem sócios – Art.º 21.º do CSC.**
- **b) Direitos especiais – cabem apenas a algum ou alguns sócios ou, nas sociedades anónimas, a todos os titulares de uma determinada categoria de ações, resultando de cláusulas do pacto social que os beneficiam em relação aos outros sócios – Art.º 24.º do CSC.**

- **A sociedade pode pôr de lado parte dos lucros que vai gerando no decurso da sua atividade, constituindo, assim, um ou vários fundos (reservas) destinados a acautelar riscos do seu comércio ou a fazer face a encargos futuros.**

- **a) Obrigatórias – por força da lei (reserva legal) ou do pacto social (reservas estatutárias).**
- **b) Facultativas – criadas pelo órgão competente (em regra, a Assembleia Geral) ao aprovar o destino dos lucros de cada exercício.**

- **É obrigatória nas sociedades por quotas (art.º 218.º do CSC) e nas sociedades anónimas (art.º 295.º e 296.º do CSC).**
- 
- **Percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da sociedade (5%) é destinada à constituição da reserva legal até que aquela represente a quinta parte do capital social (20%).**
-

- **A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos e para aumento de capital social (art.º 296.º do CSC), não podendo ser distribuída aos sócios.**

- **O pacto social pode impor a constituição de reservas (reservas estatutárias).**
- **Estas também são reservas obrigatórias (não por força da lei, mas, sim, do pacto social).**
- **As reservas estatutárias obrigam a percentagem e montante mínimo mais elevados do que a reserva legal.**

- **Por simples deliberação dos sócios podem também constituir-se reservas eventuais ou facultativas, desde que não violem o direito dos sócios aos lucros sob forma de dividendos.**



- **Art.ºs 217.º e 294.º do CSC - é o resultado líquido do exercício revelado pela demonstração de resultados do exercício, ou seja, o acréscimo patrimonial gerado pela atividade social nesse ano, deduzido das despesas e encargos respetivos.**

- **Pretende assegurar a transparência, perante os sócios, da realidade da situação da sociedade e respetivos negócios, sem deixar de salvaguardar o sigilo indispensável à preservação do interesse da sociedade.**

- **a) Direito geral à informação sobre negócios da sociedade;**
- **b) Direito de pedir inquérito judicial à sociedade;**
- **c) Direito a informações tendo em vista a deliberação em assembleia-geral.**

- **Nas sociedades em nome coletivo (art.º 181.º do CSC) e por quotas (art.º 214.º e 215.º do CSC) os gerentes são obrigados a prestar a qualquer sócio que o requeira informação verdadeira, completa e elucidativa sobre a gestão da sociedade e facultar-lhe na sede social a consulta da respetiva escrituração, livros e documentos.**

- **O art.º 288 do CSC atribui o direito individual a informação a todo o acionista que possua ações correspondentes a pelo menos 1% do capital social.**
- **O art.º 291 do CSC atribui o direito coletivo a informação a acionistas que, individual ou conjuntamente, reúnam ações representativas de 10% do capital social.**

- **Depende apenas da recusa de informações pedidas ao abrigo dos art.ºs 181.º, 214.º, 288.º e 291.º do CSC ou da prestação de informações falsas, incompletas ou não elucidativas (art.º 181.º n.º 6, 216.º e 292.º do CSC).**

- **a) Nas sociedades anónimas, deve ser facultada a consulta pelos acionistas dos documentos referidos no n.º 1 do art.º 289.º do CSC, desde a convocação de qualquer assembleia-geral.**
- **O não fornecimento destas informações torna as deliberações da assembleia anuláveis (art.º 58.º n.º 1 c) do CSC).**

- **b) Nas sociedades por quotas e anónimas, qualquer sócio pode, no decurso de uma assembleia-geral, requerer a prestação de informações verdadeiras, completas e elucidativas.**
- **A indevida recusa destas informações é causa de anulabilidade da deliberação.**



- **As partes sociais só podem ser transmitidas por ato entre vivos ou oneradas com direitos reais desde que os demais sócios expressa e unanimemente consentam na alienação (art.º 182.º n.º 1 e 3 do CSC).**

- **As normas que regem a cessão de quotas constam dos art.ºs 228.º a 231.º do CSC:**
- 
- **a) Pode ser proibida a cessão de quotas pelo pacto social, tendo nesse caso os sócios direito a exoneração decorridos 10 anos sobre a sua entrada na sociedade (art.º 229.º n.º 1 do CSC).**
- **b) Deve ser celebrada por escrito (art.º 228.º n.º 1 do CSC).**

- **c) A cessão não produz efeitos para com a sociedade se não for consentida por esta, exceto se for entre cônjuges, entre ascendentes e descendentes ou entre sócios (art.º 228.º n.º 2 do CSC).**
- **d) A cessão de quotas só produz efeitos para com a sociedade quando lhe for comunicada por escrito ou por ela reconhecida, expressa ou tacitamente (art.º 228.º n.º 3 do CSC) e quando lhe for solicitado que promova o registo do ato respetivo (art.º 242.º-A do CSC).**

- **a) Quando duas sociedades se encontram numa situação de participações recíprocas (participação na outra igual ou superior a 10% do capital social) a sociedade que mais tarde tenha atingido esta situação fica proibida de adquirir novas quotas (ou ações) da participada.**
- **b) É proibida a aquisição por uma sociedade de quotas (ou ações) de uma sociedade que a domine, quer diretamente, quer através de outra sociedade dominada ou em relação de grupo.**
-



[www.europeia.pt](http://www.europeia.pt)